

Desinformação em saúde na agenda do G20

» VALÉRIA MENDONÇA

Jornalista e filósofa. Professora-associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB. Coordenadora do Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (ECoS)

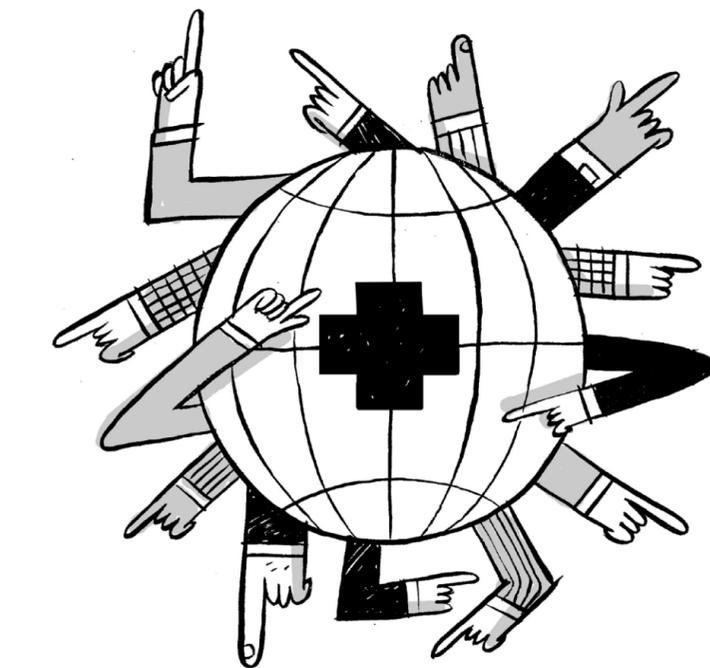
Creio que tenha sido a primeira vez em que o tema da desinformação em saúde foi destaque nas atividades do Grupo de Trabalho de Saúde do G20, realizado na última semana no Rio de Janeiro com a presença de ministros de Estado, secretários e outras autoridades de saúde. A desinformação em saúde pode causar sérios e irreversíveis danos às pessoas, famílias e comunidades — esse, por si só, é um dos mais fortes motivos para que a pauta entre, de vez, na agenda global das lideranças em saúde e suas representações regionais, a exemplo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

A abertura da reunião, realizada na última terça, 29 de outubro, contou com as presenças da ministra da Saúde, Nísia Trindade, e do diretor da Opas, Jarbas Barbosa, que deram o tom das preocupações em torno da temática, que figura no relatório Global Risks Report 2024, do Fórum Econômico Mundial, como um dos principais riscos de curto prazo, especialmente nos próximos dois anos. Cabe lembrar que a integridade da informação já foi pauta da reunião do G20 que aconteceu em São Paulo, em 1º de maio, quando se destacou o combate à desinformação, o discurso de ódio e as ameaças às instituições públicas on-line.

No entanto, a desinformação em saúde ameaça a saúde das populações, não somente na vacinação, mas em todas as ações de saúde pública. Um fato que há tempos ganha reverberação na falta de confiança na ciência e nas instituições, gerando quedas na cobertura vacinal, a exemplo do que o **Correio Braziliense** registrou em 15 de outubro: “Cobertura vacinal infantil está abaixo da meta para três imunizantes. DF alcançou o objetivo em apenas dois imunizantes: BCG e hepatite B. No entanto, triplice viral D2, febre amarela, varicela e hepatite A estão aquém do planejado” — assim anunciava a reportagem.

Precisamos estar atentos à disseminação de informações falsas, tanto intencional (desinformação) quanto não intencional (misinformação), vista como um fator que pode ampliar as divisões sociais e políticas. Esse fenômeno é particularmente preocupante em um cenário global de polarização crescente e incertezas econômicas em que ainda se destacam as desigualdades de toda ordem, em particular, no cenário em que as questões de saúde enfrentam significativas transformações digitais. Desafios contemporâneos que margeiam a necessidade de promover o letramento digital junto aos profissionais de saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), estimular a educação midiática em escolas que integram a rede do Programa Saúde na Escola (PSE) a fim de que possamos enfrentar a desinformação e seus efeitos, em pé de igualdade.

Nesse contexto, a integração do letramento midiático às estruturas educacionais é essencial para prover cidadãos, educadores, comunicadores, profissionais e gestores de saúde com habilidades



G O M E Z

básicas para navegar no complexo cenário das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em Saúde (TDICS), a exemplo dos prontuários eletrônicos, big data, m-health, wearables, entre outros.

Fortalecer o pensamento crítico, para que todos possam analisar e discernir quanto às informações confiáveis em meio a potenciais processos de desinformação, tende a ser um dos caminhos para que possamos adotar decisões sobre nosso bem-estar e nosso autocuidado, baseados em decisão informada por evidências.

Recente pesquisa realizada pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde da Universidade de Brasília (UnB) com 14.528 profissionais, sendo 11.697 agentes comunitários de saúde (ACS) e 2.831 agentes de combate às endemias (ACE), indica a importância de capacitar esses profissionais para lidar com a desinformação, melhorando seu letramento digital e suas competências em comunicação. Outros exemplos positivos também evidenciados pelo Projeto Escola Cidadã, no Distrito Federal, incluem a coprodução de campanhas de comunicação em saúde, como vídeos educativos ou artigos para blogs e redes sociais, permitindo o desenvolvimento de análise crítica e cocriação de conteúdo em parceria com a comunidade.

Uma estratégia eficaz para enfrentar a desinformação precisa envolver a colaboração entre profissionais de saúde e educadores. Enquanto os primeiros possuem o conhecimento técnico e científico necessário para avaliar a veracidade das informações e produzir conteúdo confiável, os segundos dominam técnicas pedagógicas que incentivam o pensamento crítico e a avaliação autônoma do conteúdo. Essa parceria permite unir o rigor científico a métodos pedagógicos eficientes, promovendo o letramento midiático e aumentando a consciência sanitária da população.

Ainda assim, os governos enfrentam desafios significativos para melhorar a resposta à desinformação em saúde. A rapidez com que informações incorretas se disseminam nas redes sociais exige uma detecção ágil e uma resposta imediata, o que representa um grande obstáculo. A prevenção da desinformação em saúde exige um esforço contínuo e coordenado entre governos, organizações de saúde, universidades, educadores e sociedade civil. Apenas com um compromisso integrado e investimentos em capacitação e tecnologia será possível construirmos um ambiente digital seguro, onde a informação baseada em evidências e a educação crítica sejam os alicerces da saúde pública.

Como um tsunami, a crise climática atinge um governo

» SIMONE VARELLA
Comunicadora social, residente em Astúrias (Espanha)

A onda de destruição das enchentes que chegaram à costa mediterrânea da Espanha, em especial à comunidade autónoma de Valência, tem o estrago de um tsunami fruto de um terremoto em grande escala. Uma daquelas imagens que marcarão uma geração.

A nação ibérica chora seus mortos. As ruas, sempre cheias pela alegria, ganharam um contraste gris de tristeza. A angústia, a descrença no futuro e uma revolta enorme tomaram conta do povo espanhol diante do “novo normal”.

Neste momento, surge outro problema que vai além do ambiental: o uso político que isso tomou. Um abalo sísmico ao primeiro-ministro. Foi, sim, uma catástrofe, mas um desastre anunciado. A Espanha é conhecedora de suas fragilidades climáticas. Não há como negar.

Foi algo sem precedentes, mas já “no radar” e que, infelizmente, a Península Ibérica estará sujeita e precisa se preparar. Para parte da população, faltou atitude do governo, o que se pode constatar na forma violenta com a qual tanto o chefe do governo, Pedro Sánchez, quanto o do governo valenciano foram recebidos no último fim de semana em Paiporta (epicentro da tragédia). Até mesmo os reis sofreram insultos e ataques com lama. O barro seco nos rostos reais não escondeu a tristeza de Felipe VI e sua rainha, que se esforçavam para consolar seu povo.

Em meio à população, durante a visita dos reis, há indícios de que integrantes de organizações neonazistas estavam infiltrados com o objetivo de causar violência. A polícia está em processo de identificação dos indivíduos por meio das imagens da agressão aos monarcas e dirigentes políticos. A conclusão do caso promete ser rápida.

Santiago Abascal, deputado federal pelo Vox (partido ultradireitista), não tardou a comentar o fato em sua conta no X (antigo Twitter). O deputado do Vox declarou: “Chegou sorrindo, apesar da tragédia. Abandonou a visita a Paiporta. Mas o que precisa abandonar é o governo. Só espero ver esse governo corrupto e criminoso diante da Justiça. Com o povo. Contra o lamaçal de Sánchez.”

A oposição pouco fez, além de críticas. A líder do Podemos, Ione Belarra (outro partido contrário ao governo), também utilizou suas redes sociais para atacar o primeiro-ministro: “É normal que as pessoas fiquem irritadas. Pode se organizar visitas oficiais, incluindo a do rei, ao mesmo tempo em que a ajuda e os recursos para resgatar os corpos com humanidade e limpar a água e a lama alagadas, onde as infecções vão proliferar, não chegam. Dá nojo.”

Essa oposição extremista que cobra Sánchez é a mesma que defende uma pauta causadora dos efeitos climáticos. Se vale da dor e do ódio da ferida aberta. Um instrumento poderoso e perigoso quando estamos diante de situações limites. É difícil estabelecer resignação ou resiliência durante o caos.

Felizmente, nesse episódio também existe espaço para um sentimento de consternação e empatia, amor ao próximo. Uma irmandade toma conta da Espanha. Milhares de voluntários se mobilizam em todo o país, muitos ficaram igualmente indignados com os ataques aos integrantes da casa real e a politização da tragédia. Entretanto, o uso político tem levantado a ira de outra parte da população. Há questões que ainda pairam sobre a terra de Cervantes. Uma névoa sombria que o primeiro-ministro ainda não soube responder. Ele pareceu cambaleante em meio aos destroços, afogado em tantas perguntas, diante de um desafio que nada se assemelha a moinhos de vento. São monstros reais dos novos tempos.

Até a noite desta segunda-feira, 4 de novembro, o governo de Pedro Sánchez enviou mais de 7.800 homens treinados de diferentes tropas do país para as regiões atingidas. Não é uma logística simples, e existem muitas dificuldades para transitar nas áreas afetadas. Além de limpar a lama, reconstruir as cidades, abraçar e confortar os flagelados e chorar a dor da perda humana, é preciso reagir com atitudes concretas de prevenção e planos de emergência efetivos. Como proteger o país do “novo normal”? Como estabelecer segurança à população? Por que as sirenes tocaram quando já havia centenas de mortos? Essas são perguntas que precisam de soluções concretas.

Se o governo não apresentar resultados imediatos de resguardo à população, o povo espanhol seguirá à mercê do tempo e daqueles que se valem do medo, do ódio e do desespero. Não há espaço para inércia. Pedro Sánchez precisa agir e convencer. Ou a próxima onda que pode atingir a Espanha não será climática; será política e varrerá seu governo, trazendo outra espécie de destruição.

O que a economia americana tem a perder com uma vitória de Trump?

» ALEXANDRE MATHIAS

Mestre em economia pela FGV-SP e estrategista-chefe da corretora Monte Bravo

É impossível dizer quem será o vitorioso nas eleições americanas. O que se sabe é que os mercados acompanharam o movimento das casas de apostas que apontam um favoritismo do ex-presidente Donald Trump. O resultado disso é que, desde o fim de outubro, o dólar tem se fortalecido, enquanto as taxas de juros atingiram o ponto mais alto em três meses.

Contudo, é importante lembrar que, historicamente, o mercado de ações dos Estados Unidos apresenta um bom desempenho após as eleições. Nos últimos 80 anos, somente em três ocasiões, a bolsa não registrou ganhos entre o período eleitoral e o fim do ano. A explicação está no fato de que o mercado costuma seguir a economia e os fundamentos das empresas, sem se apegar aos ruídos inerentes às campanhas eleitorais.

Muita coisa está em jogo nesta eleição, e com efeitos sobre o mundo todo. Inflação, imigração, aborto e política externa estão entre as questões centrais. Mas a composição do Congresso americano será fundamental para determinar a extensão com que as propostas poderão ser implementadas.

Vale dizer que os EUA têm um sistema eleitoral arcaico, no qual o presidente é eleito por um Colégio Eleitoral, onde 538 delegados eleitorais se reúnem para eleger o presidente algumas semanas após o voto popular. Em 2016, por exemplo, Hillary Clinton recebeu cerca de 2,7 milhões de votos populares a mais que Trump — mesmo assim, perdeu a eleição.

Já no Congresso, as pesquisas indicam alta

probabilidade de que o Senado fique sob o controle Republicano, enquanto a Câmara tem um quadro indefinido, com pequena vantagem dos Democratas. Na prática, Kamala Harris, se eleita, deve seguir o desenho geral das políticas econômicas de Biden, sem grandes alterações no status quo. Mas, e se Trump vencer?

A expectativa é de que se tenha uma política comercial mais dura, menos regulamentações e um relaxamento das regulações sobre mudanças climáticas. Trump apresentou uma agenda econômica populista que afirma garantir empregos penalizando empresas que transferem operações para o exterior. Nesse cenário, as ações de empresas ligadas a armamento e gastos militares e as farmacêuticas tendem a ser favorecidas, assim como o setor de exploração de petróleo com menor ênfase nas políticas ambientais, juntamente com os criptoativos.

A questão é que as propostas de Trump, mais protecionismo e restrições à imigração, podem levar a um menor crescimento e a mais inflação. Trump propôs tarifas de 60% sobre produtos da China e de 10% a 30% para outras regiões. Caso sejam colocadas em prática, essas propostas podem reduzir o crescimento do país em 1,4% e elevar a inflação em 0,9% ao ano. De acordo com o Penn Wharton Budget Model, da Universidade da Pensilvânia, o plano de Trump adicionaria US\$ 5,8 trilhões em déficit ao longo de uma década, em comparação ao montante de US\$ 1,2 trilhão de Harris.

Além disso, sob o comando de Trump, a

política de imigração proposta removeria pelo menos 1,3 milhão de pessoas dos Estados Unidos, o que traria uma forte escassez de mão de obra e pressão nos preços. Um estudo do Peterson Institute for International Economics estimou que esse choque levaria a uma alta de 1,5% na inflação e a uma queda de mais de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em três anos.

Mas uma coisa é o que os candidatos dizem e outra, o que o eleito faz efetivamente. Por isso, a expectativa dominante é de que, na prática, as propostas sejam amenizadas e parametrizadas para não terem consequências tão negativas. Trump é reconhecidamente um negociador agressivo e usa isso como alavancagem para obter concessões — nessa linha, os mercados supõem que a maior parte dessa retórica seja uma arma eleitoral e negocial.

Os fundamentos econômicos apontam que a economia dos EUA está em processo de aterrissagem com a inflação convergindo, o que permite ao Fed reduzir os juros. Não é do interesse de nenhum presidente retornar o barco que está navegando para um porto seguro.

Mesmo que as propostas sejam amenizadas, no entanto, a vitória de Trump, provavelmente, implicará em menos fluxos para países emergentes, o que joga ainda mais importância sobre o pacote fiscal que o ministro da Fazenda brasileiro, Fernando Haddad, está preparando — sem um pilar fiscal sólido, existe o risco de o dólar seguir em alta, ultrapassando R\$ 6 em curto espaço de tempo e gerando uma crise econômica grave.